

Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição

Emanuel Freitas da Silva

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Professor no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e
Políticas Públicas da UECE
emanuel.freitas@uece.br
<https://orcid.org/0000-0001-6304-4316>

Kerolaine de Castro Oliveira

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú
UVA
kerolaine.oliveira@aluno.uece.br
<https://orcid.org/0000-0002-7714-2520>

Renan Cairo Moura David

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará
UECE.
renancairo8@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8244-761X>

Resumo

Este artigo analisa as dinâmicas da representação política de atores do campo religioso no Brasil contemporâneo. Para isso, toma como *corpus* de análise as campanhas de reeleição para a Câmara Municipal de Fortaleza, em 2020, de dois parlamentares: a evangélica da Assembleia de Deus, Priscila Costa, do Partido Social Cristão (PSC), e o católico carismático Jorge Pinheiro, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Acionando temas da agenda moral (aborto, família, ideologia de gênero dentre outros), os dois vereadores se postaram como casos efetivos de mobilização conservadora de frações da sociedade a partir de uma gramática religiosa a legitimar a atuação na esfera pública. Analisando suas produções legislativas e, sobretudo, suas plataformas de campanha a partir das redes sociais, apresentamos uma compreensão das relações entre religião e política no cenário contemporâneo brasileiro a partir da disputa para o Poder Legislativo da capital cearense.

Palavras-chave política; religião; agenda moral; representação religiosa.

Political representation of morality: religious city councilors seeking reelection

Abstract

This article analyzes the dynamics of political representation among players in the religious field in contemporary Brazil. To do this, it takes as a corpus of analysis the 2020 reelection campaigns for the City Council of Fortaleza, Ceará, Brazil, of two city councilors: the evangelical woman committed to the Assemblies of God, Priscila Costa, member of the Christian Social Party (Partido Social Cristão [PSC]), and the charismatic Catholic man Jorge Pinheiro, member of the Brazilian Social Democracy Party (Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB]). By addressing themes from the moral agenda (abortion, family, gender ideology, among others), the two city councilors have been effective cases of conservative mobilization of fractions of society that take some religious grammar as a basis to legitimize their action in the public sphere. Analyzing their legislative works and, above all, their campaign platforms on social media, we present a view of the relationship between religion and politics in the contemporary Brazilian scenario based on the competition for Legislative Power in the capital city of the State of Ceará.

Key words politics; religion; moral agenda; religious representation.

Representación política de la moral: concejales religiosos que buscan la reelección

Resumen

Este artículo analiza las dinámicas de la representación política entre los actores del campo religioso en el Brasil contemporáneo. Para ello, toma como *corpus* de análisis las campañas de reelección en 2020 para la Cámara Municipal de Fortaleza, Ceará, Brasil, de dos concejales: la mujer evangélica comprometida con las Asambleas de Dios, Priscila Costa, miembro del Partido Social Cristiano (Partido Social Cristão [PSC]), y el hombre carismático católico Jorge Pinheiro, miembro del Partido de la Social Democracia Brasileña (Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB]). Al abordar temas de la agenda moral (aborto, familia, ideología de género, entre otros), los dos concejales han sido casos efectivos de movilización conservadora de fracciones de la sociedad que toman como base alguna gramática religiosa para legitimar su acción en la esfera pública. Analizando sus trabajos legislativos y, sobre todo, sus plataformas de campaña en las redes sociales, presentamos una visión de la relación entre religión y política en el escenario brasileño contemporáneo a partir de la competencia por el Poder Legislativo en la ciudad capital del estado de Ceará.

Palabras clave política; religión; agenda moral; representación religiosa.

Représentation politique de la morale: conseillers municipaux religieux cherchant à être réélus

Résumé

Cet article analyse les dynamiques politiques de la représentation politique des acteurs du champ religieux au Brésil contemporain. Pour ce faire, il prend comme *corpus* d'analyse les campagnes de réélection en 2020 pour le Conseil Municipal de Fortaleza, Ceará, Brésil, de deux conseillers: la femme évangélique engagée aux Assemblées de Dieu, Priscila Costa, membre du Parti Social Chrétien (Partido Social Cristão [PSC]), et l'homme catholique charismatique Jorge Pinheiro, membre du Parti Social-Démocrate Brésilien (Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB]). En abordant des thèmes de l'agenda moral (avortement, famille, idéologie du genre, entre autres), les deux parlementaires municipaux ont été des cas efficaces de mobilisation conservatrice de fractions de la société qui prennent une grammaire religieuse comme base pour légitimer leur action dans la sphère publique. En analysant leurs travaux législatifs et, surtout, leurs plateformes de campagne sur les réseaux sociaux, nous présentons une vision de la relation entre religion et politique dans le scénario brésilien contemporain à partir de la compétition pour le Pouvoir Législatif dans la capitale de l'État de Ceará.

Mots-clés politique; religion; agenda moral; représentation religieuse.

Introdução

Seguindo o processo histórico das últimas décadas, as eleições de 2020 produziram um conjunto de mobilizações de atores do campo religioso, com destaque para evangélicos pentecostais e católicos carismáticos e uma aposta no jogo político-eleitoral com o lançamento de candidaturas aos cargos políticos então em disputa: o Poder Executivo e o Poder Legislativo municipais. Não só pelo considerável número de candidaturas que exibiam estreitas relações com a religião¹, mas sobretudo pela agenda conservadora moral mobilizada por meio da entrada em cena, nas eleições, de atores do campo religioso de viés conservador cristão.

Inúmeros pesquisadores de diversos campos, com destaque para a sociologia da religião e para a ciência política, têm apontado as imbricações das relações entre religião e política não só em nível nacional, mas também em nível internacional, com destaque para a América Latina², sobretudo em momentos de disputa eleitoral, quando elementos de uma “agenda moral” têm sido acionados para (des)legitimar candidaturas e pressionar por comprometimento governamental os diversos atores do campo político.

No Brasil, sobretudo após as eleições presidenciais de 2010 – quando uma intensa mobilização de evangélicos e católicos pressionou a então candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, a não apoiar mudanças na legislação em torno do aborto³ –, a circulação de imaginários sociodiscursivos⁴ de viés religioso tem se feito cada vez mais presente em momentos de disputa eleitoral, com vistas a manipular escolhas políticas e a própria opinião pública⁵ de um número cada vez maior de eleitores, seja por meio de campanhas de (des)legitimação de candidatos, seja por meio da exigência de comprometimento com determinadas agendas ou por meio da mobilização de sentimentos/

1 Uma matéria publicada do portal de notícias UOL (Teixeira, 2020), por exemplo, apontou mais de 5.500 candidaturas que traziam adjetivações como “pastor”, “irmão”, “irmã” no nome, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2 Mas não apenas aqui; os Estados Unidos da América (EUA) também, sobretudo desde os mandatos de George Bush, têm assistido a uma intensa mobilização de atores do campo religioso e a uma crescente teia de relações entre religião e políticas públicas. Sobre isso, ver Pereira (2009).

3 Essa questão foi minuciosamente estudada por Machado (2012b).

4 Para Charaudeau (2008) um imaginário corresponde a uma “imagem da realidade, uma imagem que interpreta a realidade”. Por ser um conjunto de saberes que “constroem o real como universo de significações”, pode-se chamar de imaginário; por ser identificado “por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas”, são imaginários discursivos; por fim, “considerando que circulam no interior de um grupo social”, podem ser chamados de “imaginários sociodiscursivos” (Charaudeau, 2008, p. 203). Tal conceito se mostra útil para compreendermos, na atuação parlamentar e nas pautas de reeleição dos vereadores, o imaginário das “crianças em perigo” acionado a partir da ideia do inimigo a ser combatido, a ideologia de gênero, como veremos adiante.

5 A partir da ideia de “conflito” como norma da vida social, Charaudeau (2016) analisa como se fabricam modos de expressão de escolhas políticas a partir das lutas em torno daquilo que vem a ser tido como a “opinião pública legítima”, mecanismo que passa pela construção de identidades coletivas que determinados grupos, como os religiosos, manipulam com o intuito de instaurar uma “autoridade” que lhes garanta o modo próprio de expressar-se como “opinião pública”.

emoções em torno de pautas que visam a interferir no jogo eleitoral⁶, com objetivos cada vez mais explícitos de conversão de capital religioso em capital político⁷.

Com base na considerável literatura acerca da participação eleitoral de evangélicos e católicos⁸, tomamos o caso de Fortaleza-CE para compreender possíveis desdobramentos dessa atuação eleitoral em nível local e, assim, oferecer possibilidades de análise desse fenômeno, contribuindo com a construção do debate em torno das dinâmicas da relação entre religião, política e eleições no cenário contemporâneo brasileiro.

Este artigo colabora com o debate tomando como *corpus* de análise as campanhas de reeleição de 2 vereadores de Fortaleza: Jorge Pinheiro, membro da Comunidade Católica Shalom⁹, e Priscila Costa, membro da Igreja Assembleia de Deus. Sendo ambos parlamentares municipais em primeiro mandato e com filiação religiosa fortemente expressa em sua atuação legislativa, prevaleceram em suas campanhas de reeleição elementos religiosos e compromisso com a agenda moral, como demonstraram suas páginas oficiais nas redes sociais, que serviram, ao mesmo tempo, para prestação de contas de seus mandatos, estreitamento de compromisso representativo com os segmentos religiosos que representam e divulgação de uma agenda moral com a qual se comprometeriam em caso de reeleição. Assim, definimos nossa pesquisa como um estudo de caso¹⁰.

Para alcançar tal objetivo, adotamos, na esteira da literatura pertinente, a seguinte questão de pesquisa:

- Quais desdobramentos da democracia podem ser apontados a partir da observação de eleições e mandatos representativos de atores do campo religioso que mobilizam uma agenda moral para legitimar suas eleições e pautar seus mandatos?

6 Cunha (2017) apresenta uma importante análise das retóricas mobilizadas durante a eleição presidencial de 2014, por exemplo, acionando o conceito de “medos sociais”. Já naquela ocasião se punham em circulação argumentos em torno dos “perigos que ameaçam a família”.

7 Segundo Bourdieu (2011, 2012), um campo é o universo simbólico-social, concreto e abstrato no qual o mundo de determinado grupo produz e reproduz para si, para os outros e para o próprio campo (em conflito, aliança e disputa), regras, hierarquizações, classificações, normas, discursos, valorações e desclassificações. O objetivo maior é aumentar a fazer circular o capital simbólico. Cada campo produz disputas em torno daquilo que é considerado o “bem simbólico” por excelência; no caso do campo político, esse bem é a notoriedade; no campo religioso, o monopólio sobre os bens de salvação. Há possibilidade de “conversão de capital” quando um agente de um campo consegue transformar sua notoriedade para outro, como é o caso de atores do campo religioso que passam a atuar no campo político.

8 Como, por exemplo, Gomes (2009), Machado (2012a), Boas (2020), Burity (2020) e F. Lacerda (2020), para citar estudos mais recentes.

9 Uma das expressões das chamadas “Novas Comunidades”, modos de vida religiosa surgidos no século XX dentro do catolicismo, a partir da atuação da Renovação Carismática Católica (RCC). Para entender melhor o que são tais modos de vida, ver E. F. Silva (2020a).

10 Para tanto, adotamos a seguinte definição: “um estudo de caso é um estudo intensivo de um caso singular ou de um pequeno número de casos que de baseia em dados [...] Um estudo de caso é altamente focado, significando que um tempo considerável é dispendido pelos pesquisadores analisando, e subsequentemente apresentando o caso escolhido, e o caso é visto como fornecendo evidências importantes para o argumento” (Gerring, 2019, p. 69).

Representação política, evangélicos pentecostais e católicos carismáticos: notas sobre o cenário contemporâneo

A representação política tem sido um dos temas mais caros à ciência política. Isso porque a preocupação com aquilo que os atores políticos fazem na esfera pública, uma vez eleitos, está diretamente relacionada ao aprimoramento, ou não, dos processos democráticos, tema com o qual parte considerável da ciência política tem se preocupado desde que ela se constituiu na década de 1940. Passamos a considerar, como lembra E. Silva (2020), as democracias com “governos representativos” por definição, resolvendo, por meio da representação, a própria problemática em torno da soberania popular em sociedades complexas, como é o caso da brasileira.

No cenário contemporâneo, a representação política tem sido compreendida a partir da dispersão do poder, ou de seus núcleos, entre as várias esferas ou grupos da sociedade, não sendo mais as eleições momentos em que se ratificariam, como lembra E. Silva (2020), as vontades das majorias e tão somente estas; assim, diversos grupos sociais se equilibrariam, no espaço social, a partir das dinâmicas da representação política, produzida pela realização de eleições periódicas. Um poder, pois, disperso entre os diversos grupos que compõem o espaço social se faria representar no espaço político.

Robert Dahl (2016), importante cientista e pensador político, vê a representação política como uma “exigência” do próprio regime democrático. Segundo o autor, a representação, produzida por eleições livres e iguais, responderia, e só ela o poderia fazer, a duas exigências do regime democrático: os cidadãos podem “*participar efetivamente* quando o número de pessoas se tornar exageradamente grande ou geograficamente disperso [...] na feitura de leis” e os cidadãos poderiam “ter a certeza de que as questões que mais os preocupam viriam a ser devidamente ponderadas” pela classe política, fazendo com que controlassem “o *programa de planejamento* das decisões do governo” (Dahl, 2016, p. 107, grifo do autor). Assim, ao mesmo tempo que seria produzida pela dispersão do poder no meio social, a representação também produziria a presença, ainda que “espectral”, do conjunto de cidadãos sobre os quais as decisões políticas incidiriam.

Iris Marion Young (2000, p. 1559), filósofa e cientista política, compreende a representação a partir de 3 elementos: a) representação de interesses; b) representação de opiniões; e c) representação de perspectivas. Por interesses a autora entende “aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos” (Young, 2000, p. 1700, tradução nossa); por opiniões ela entende “os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas (Young, 2000, p. 2000, tradução nossa); e as perspectivas diriam respeito a como esses dois elementos se plasmariam a partir de uma ação. Logo,

pensar a representação, para Young (2000), significa considerar a pluralidade de opiniões, interesses e perspectivas que compõem as sociedades contemporâneas, sendo esses os mecanismos que mobilizam indivíduos em suas relações com aquilo que diz respeito à esfera pública. Nesse sentido é que podemos compreender a representação de atores do campo político, que também se movem por interesses, opiniões e perspectivas. Isso porque as transformações que se produzem no tecido social, com a pluralização de novas demandas postas ao Estado e interpretadas no plano do direito, acionam posicionamentos de atores pertencentes a campos que se sentem ameaçados por tais transformações, com destaque para atores religiosos.

No caso da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, o crescimento de segmentos pentecostais e neopentecostais, entre os evangélicos, e da Renovação Carismática (RCC), entre os católicos, tem sido apontado como o grande fomentador da atuação política de atores do campo religioso nas últimas décadas. Imbuídos da crença na missão de “salvar o mundo”, podendo até fomentar uma “guerra espiritual”¹¹ para isso, os pentecostais encontraram no espaço político a legitimidade e oportunidade para se inserirem no mundo rumo à “construção do reino de Cristo”.

Joanido Burity (2020, p. e020015, tradução nossa), cientista político brasileiro, tem pensado a atuação política de evangélicos e, por extensão, de mais atores do campo religioso cristão-conservador, como o são os carismáticos, como a “principal novidade da política brasileira desde os anos 1980”. Segundo o autor, a participação política a partir de lá exercida significou “a emergência de um novo ator, que em pouco tempo soube manejar as regras do jogo dominante e construir múltiplos espaços de visibilização, influência e representação” (Burity, 2020, p. e020015, tradução nossa).

A socióloga Brenda Carranza (2020) também destaca a entrada em cena de atores do campo religioso no campo político brasileiro, sobretudo a partir das mudanças sociais aqui promovidas e das tensões produzidas por elas, tendo como um de seus efeitos uma acirrada contraofensiva no campo legislativo contra os direitos humanos das minorias. Para a autora:

[...] no Brasil o clima de tensão social contribuiu para consolidar um novo ator político que emerge do setor conservador religioso: o evangélico pentecostal. Alinhado ao espectro ideológico político da direita e afinado com a direita cristã norte-americana, provoca um deslocamento estrutural do lugar da religião na esfera pública e uma nova relação entre religião e política (Carranza, 2020, p. 174).

11 O imaginário da “guerra espiritual contra o mal” que está no mundo é um dos elementos que constituem a crença do pentecostalismo em suas diversas facetas. Sobre isso, ver Mariano (2014).

A autora também indica os focos prioritários da atuação de parlamentares na política: a área da educação, com destaque para a mobilização contra a questão de gênero¹² e a proposta do Programa Escola sem Partido, que tomou forma em uma intensa “cruzada” nacional, com projetos apresentados tanto no Congresso Nacional quanto nos parlamentos estaduais e municipais, como foram os casos do Ceará e de Fortaleza. Por tudo isso, segundo Carranza (2020, p. 179), seria possível observar a “consolidação da direita cristã” no Brasil, o que se poderia demonstrar facilmente pela atuação de parlamentares, evangélicos e católicos, que “retomam os valores cristãos na arena pública, a defesa da família patriarcal e heteronormativa”. Tal direita, segundo ela, atua politicamente mobilizando “uma retórica antipluralista, anticomunista e aciona a narrativa pró-vida e pró-família” (Carranza, 2020, p. 179).

A aliança entre católicos e evangélicos pentecostais no cenário político contemporâneo, mobilizando uma mesma agenda política moral, pode ser compreendida como parte de um cálculo político de evangélicos que partem na frente na consolidação do “ativismo religioso no Brasil”, criando mesmo um *modus operandi* a ser refletido a atuação dos carismáticos (Carranza, 2017, p. 88). É o que podemos depreender das seguintes análises:

Uma hipótese a ser considerada é que os líderes evangélicos, percebendo a crescente expansão do pentecostalismo e a perda de credibilidade da Igreja Católica, passam a ver a política de alianças com os católicos neoconservadores como uma via para conquistar a hegemonia cultural na sociedade brasileira. Ou seja, constroem o discurso antidemocrático da supremacia política da maioria cristã que teria como direção ideológica os evangélicos [...] produzindo uma tendência de fortalecimento político dos segmentos evangélicos conservadores na esfera pública (Machado, 2020, pp. 278-279).

Ambos [os] ativismos, com seus ardorosos representantes nas instâncias legislativas constituem-se em porta-vozes de suas igrejas, manipulam suas identidades religiosas e institucionais e dão mostras de relativo sucesso na empreita eleitoral [...] Quando se aproximam católicos e evangélicos para sancionar leis em

12 Essa aliança entre católicos e evangélicos contra a questão de gênero tem sido, segundo Biroli (2020), uma das mais ameaçadoras plataformas políticas à democracia. No texto, que analisa a mobilização antigênero no continente latino-americano, como um dos processos de “desdemocratização” que conecta as “reações neoconservadoras à igualdade de gênero e à diversidade sexual” como constituinte dos processos de “erosão das democracias” (Biroli, 2020, p. 136). Em outro estudo (Biroli, 2018), a autora já havia se debruçado sobre a questão, mas com foco apenas no Brasil. Sobre a questão da “ideologia de gênero”, o leitor pode consultar Carranza e Rosado-Nunes (2019).

sintonia com suas propostas de princípios éticos intramundanos acionam seus recursos institucionais e participam da dinâmica tensa de ter que negociar com outros atores políticos, como os movimentos sociais, para que suas propostas prevaleçam. Ao contestar os movimentos sociais, os papéis sociais pré-estabelecidos, tidos como tradicionais, e reivindicam direitos, parlamentares evangélicos, carismáticos e conservadores unem-se em conjecturações políticas com a finalidade de fazer valer um tipo de interpretação da verdade cristã. Igualmente se aliam numa cruzada ferrenha, lançando mão de todas as armas teológicas, argumentos disseminadores de pânicos morais, campanhas difamatórias e passeatas multitudinárias (Carranza, 2020, p. 111).

A inserção política, pela eleição de candidatos de diferentes confissões religiosas para cargos no Poder Legislativo relaciona-se ao que é definido pelas instituições religiosas como um “direito” de defender a sua “verdade” e atuar na esfera pública, em oposição a ações e conquistas capazes de ameaçar os valores cultivados no religioso. [...] Atualmente, segmentos cristãos desempenham um papel ativo na formação da opinião pública, influenciando fortemente a formulação de políticas e legislações referentes a temas polêmicos, como homossexualidade, aborto e eutanásia. Na elaboração de leis, a ética e os valores das instituições religiosas tendem a orientar os posicionamentos da atividade parlamentar (Gomes, 2009, pp. 17, 19).

Uma última questão a destacar é a forma de organização política desses dois segmentos¹³, tal como tem tomado forma nos últimos anos. Quando consideramos os evangélicos, além de observarmos uma atuação partidária difusa – indo de partidos à direita, como PSDB e Progressistas (PP), até partidos à esquerda, como Partido Socialista Brasileiro (PSB) e PT –, tem-se constatado nos últimos anos uma maior condensação em partidos como Republicanos (controlado pela Igreja Universal do Reino de Deus) e o Partido Social Cristão (PSC) (cujos quadros são, em sua maioria, da Assembleia de Deus; dentro do Congresso Nacional, atuam por meio da conhecida “bancada evangélica”, cujos primeiros contornos se desenharam já por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte,

13 No que diz respeito à progressiva participação eleitoral dos evangélicos no Brasil, ver F. Lacerda (2020), além dos outros textos citados anteriormente. Por sua vez, sobre a atuação dos carismáticos nas eleições brasileiras, ver Procópio (2012).

entre 1987 e 1988, e a Frente Parlamentar Evangélica, constituída em 2003). Por sua vez, os carismáticos atuam politicamente a partir de 4 frentes: a) o Ministério Fé e Política, que elabora as diretrizes para a atuação partidária de membros da RCC; b) o Instituto Thomas More, que fornece formação ao Ministério Fé e Política); c) o Encontro de Cristãos em Busca da Unidade e Santidade, gerado no interior das Novas Comunidades, nas quais se incluem a Shalom; e d) a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, criada em 2015. Feitas estas considerações, passemos à análise da produção legislativa dos 2 parlamentares.

Os parlamentares e a representação política de suas igrejas: o que nos dizem suas produções legislativas?

Nesta seção, nosso objetivo é duplo: a) apresentar os 2 parlamentares, com uma rápida consideração biográfica sobre cada um¹⁴; e b) apresentar dados de suas produções legislativas ao longo do primeiro mandato (2017-2020) como vereadores de Fortaleza, pontuando a estreita relação entre o exercício do mandato e a pauta que os identifica com a questão religiosa. Para este segundo objetivo, contamos com um conjunto de dados coletados do *site* da Câmara Municipal de Fortaleza, que apresenta a produção legislativa de cada parlamentar em 4 pontos: a) indicação; b) projeto de lei ordinária; c) projeto de resolução; e d) requerimento¹⁵, destacando-se o instrumento pelo qual a presença da religião se mostra mais marcante. No caso de Jorge, trouxemos dados referentes a requerimentos apresentados no ano de 2020; no caso de Priscila, temos dados referentes a requerimentos apresentados durante o ano de 2018 (que, no nosso entender, foram mais profícuos por ser esse o ano em que, disputando uma vaga na Câmara dos Deputados, a vereadora tratou de estreitar seus laços com os evangélicos para se mostrar como sua representante).

Jorge Pinheiro, advogado, elegeu-se para seu primeiro mandato como vereador em 2016, pelo Partido da Social Democracia Cristã (PSDC), com um total de 5.969 votos. Havia sido candidato, pelo mesmo partido, em 2012 (quando alcançou 2.076 votos), mas não havia logrado êxito¹⁶. É membro consagrado da Comunidade Católica Shalom há 26

14 Elaborada com base nos dados apresentados por eles mesmos por ocasião de entrevista realizada por Freitas (2020), quando realizou pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em dissertação que versou sobre o exercício parlamentar de sujeitos do campo religioso, tendo exatamente o mandato dos 2 vereadores aqui considerados como objeto de análise.

15 Tais dados têm sido coletados no âmbito de 2 projetos de iniciação científica, financiados pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), no âmbito da UECE.

16 Miranda (2015) realizou uma interessante análise de sua candidatura, assim como de outros membros da RCC, naquela eleição. Por ocasião da entrevista realizada por Freitas (2020), Jorge disse o seguinte, comparando seu desempenho nas 2 eleições: “o que mudou de uma campanha para outra é que na segunda, um conjunto de fatores me favoreceram. Por exemplo, dentro da Comunidade não houve nenhum outro candidato. A minha comunidade de fé não diz: ‘fulano é o candidato, é nosso candidato’. Você nunca vai ouvir o fundador da Comunidade dizendo em quem vai votar. Ele não diz

anos, na modalidade Comunidade de Aliança, tendo já sido enviado em missão à cidade de Salvador. Apresentava-se, em seu perfil no *Instagram*, como:

[...] consagrado na Comunidade Católica Shalom, casado, pai de 7 filhos, advogado, pró-vida, conservador e vereador de Fortaleza.

Em 2020, Jorge se candidatou à reeleição pelo PSDB. Com atuação em execução penal e direito canônico, é membro da Sociedade Brasileira de Canonistas (SBC). Entre 2010-2015, foi assessor jurídico da Direção das Casas de Custódia (CPPL-I e CPPL-III) da Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará (SEJUS-CE). É apresentador do Programa “Relacionamentos de A a Z”, transmitido pela Rádio Shalom AM 690, aos sábados, das 13:00 às 15:00, com informações e entrevistas voltadas, principalmente, à “preparação adequada para constituição da família”, sua “preservação” e dicas para uma boa vivência e “superação de crises familiares”. Na referida comunidade, aos fins de semana, também atua como pregador.

Jorge devota a decisão pelo ingresso na vida pública à educação que teve e à vivência na Igreja Católica, onde atuou como advogado de uma diocese. Percebendo, segundo ele, que poucos na instituição religiosa “levantavam realmente a bandeira a favor da vida e da família”, decidiu militar nos movimentos que faziam a denúncia da “legalização do aborto”. Assim como Priscila, Jorge recorre à ideia de “chamado” para legitimar seu ingresso na vida pública, fruto de uma oração, escolha do próprio Deus. Segundo ele:

Na verdade, o “click” mesmo foi um dia que disse que tinha certeza que Deus não queria que eu participasse da política, foi nessa hora que senti um negócio dentro de mim, Deus dizendo: “Eu nunca disse isso para você”. Eu respondi: “Tu não me disseste isso, Deus! Então é coisa de minha cabeça?” Foi daí que comecei a acreditar que Deus poderia querer que entrasse na vida política. Passei a meditar e a rezar mais sobre isso. Daí foi me encaminhando até me candidatar pela primeira vez (Freitas, 2020, p. 165, grifo nosso).

O vereador se apresenta como representante daqueles “que acreditam que os valores devem estar permeados na sociedade: família, vida”¹⁷. Por isso, não vê problemas

para ninguém, nem para deputado estadual ou federal, presidente, vereador”. Na verdade, o fato da Comunidade ter lançado apenas seu nome, e não 4 nomes, como em 2012, foi crucial para sua vitória, o que confere ao analista a hipótese de que o lançamento de candidatura única deixa margem, mais do que suficiente, para que a Comunidade diga, sim “em quem votar”.

17 Sem sombra de dúvida, é esse grupo que o vereador crê representar e ao qual pensa dever seu mandato. Age, nesse sentido, movido por aquilo que melhor representa, em seu entender, os interesses do grupo. Sobre esse tipo de relação,

nas relações entre religião e política, “desde que a ação política não contradiga a minha fé e a pureza de meu testemunho”. Durante a atual legislatura, 2 projetos de lei de sua autoria ilustram o cenário de hegemonia cultural cristã nas votações, permitindo-nos observar a identificação desses parlamentares com a “agenda conservadora”, tida como “agenda cristã”, no atual cenário político do país. O primeiro diz respeito a uma moção de repúdio à exposição “Queer Museu”: proposta por Jorge Pinheiro, ela foi votada em 21 de setembro de 2017, sendo aprovada por 22 dos 24 vereadores presentes. Segundo a justificativa, aquela exposição ofendia “valores morais, familiares, culturais”; assim sendo, buscou-se enquadrar a exposição no art. 208 do Decreto-Lei n. 2.848 (Código Penal, 1940) o qual tipifica os crimes contra o sentimento religioso, ou seja, ultraje a culto e impedimento ou perturbação de atos a ele relacionados¹⁸. O segundo, seria uma Moção de Repúdio ao Especial de Natal do coletivo Porta dos Fundos – produtora de vídeos de comédia veiculados na internet: também de autoria de Jorge Pinheiro, votada no dia 14 de dezembro de 2019, ela contou com voto favorável de 38 dos 39 presentes.

Uma análise da produção legislativa de seu primeiro mandato – 2017-2020 –, a partir dos dados colhidos no *site* da Câmara Municipal de Fortaleza (n.d.)¹⁹, mostra elementos importantes do direcionamento de seu exercício parlamentar a assuntos diretamente ligados à questão religiosa. Em 2020, atividade “requerimentos” foi aquela que apresentou temáticas religiosas como objeto (Quadro 1).

Quadro 1 Requerimentos apresentados por Jorge Pinheiro em 2020

Número	Objeto do requerimento
137	Sessão solene em comemoração ao aniversário de 18 anos da Caminhada com Maria.
147	Sessão solene em comemoração aos 19 anos de missão da Comunidade Canção Nova em Fortaleza.
148	Sessão solene em homenagem aos 38 anos da Comunidade Face de Cristo.
149	Sessão solene em homenagem aos 36 anos da Comunidade Recado.
150	Sessão solene de 12 anos da realização da Marcha pela Vida.
151	Sessão solene de 39 anos do serviço de escuta e aconselhamento Comunidade SOS de Deus.

própria do campo político, Bourdieu (2012, p. 188) diz que “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos”.

18 O vereador se referiu ao fato como “marco inicial de nosso mandato”.

19 Foram analisados, como no caso de Priscila, indicações, projetos de lei ordinária, requerimentos, projetos de resolução e projetos de emenda à Lei Orgânica do Município de Fortaleza. Esse levantamento, como já dito, faz parte das atividades de um projeto de iniciação científica financiado pela FUNCAP. Para os fins deste artigo, no caso de Jorge, optamos por fazer referência apenas a seus “requerimentos”. Em futuras publicações serão analisados outros aspectos de seu mandato.

152	Sessão solene em homenagem aos 32 anos de fundação da Comunidade Católica Anuncia-me.
154	Sessão solene de 32 anos de história da Pastoral da Comunicação (PASCOM), na Arquidiocese de Fortaleza.
156	Sessão solene em comemoração aos 38 anos da Comunidade Católica Shalom.
157	Transcrição para os anais da matéria “Estudo revela 3 mil ataques a igrejas na Europa em 2019”, publicada no sítio eletrônico <i>Expresso Ceará</i> , em 07/01/2020.
158	Transcrição para os anais da matéria “Padre Cícero ganha exposição no Museu do Louvre em Paris”, publicada no sítio eletrônico <i>Tribuna do Ceará</i> , em 11/01/2020.
160	Transcrição para os anais da matéria “Câmara de Fortaleza repudia filme do Porta dos Fundos; requerimento será enviado ao MPF”, publicada no sítio eletrônico do jornal <i>O Povo</i> , em 13/12/2019.
161	Transcrição para os anais da matéria “MSH, Padre Antônio Furtado e Rosa de Saron são destaques do Natal de Todos”, publicada no sítio eletrônico do jornal <i>O Povo</i> , em 16/12/2019.
223	Audiência pública para debater a Cristofobia, no Brasil e na Cidade de Fortaleza.
224	Audiência pública a fim de desvelar como a Doutrina Social da Igreja, em sua verdadeira visão orientadora, pode contribuir para a construção da Cidade Paz.
226	Audiência pública para debater a Ideologia de Gênero, no Brasil e na Cidade de Fortaleza.
240	Audiência Pública para debater a Campanha da Fraternidade de 2020, subordinada ao tema “Fraternidade e vida: dom e compromisso tendo como lema ‘Viu, sentiu compaixão e cuidou dele’”.
402	Sessão solene comemorativa ao aniversário de 12 anos da Rádio Shalom 690 Dragão do Mar.
403	Sessão solene comemorativa aos 31 anos de existência do Projeto Família da Comunidade Católica Shalom,
404	Sessão solene comemorativa aos 53 anos da Renovação Carismática Católica.
405	Sessão solene comemorativa aos 13 anos do Instituto Filhos da Misericórdia de Jesus Salvador.
406	Sessão solene comemorativa aos 303 anos da Aparição de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Padroeira do Brasil.
407	Sessão solene comemorativa aos 103 anos de Aparição de Nossa Senhora de Fátima.
413	Transcrição nos anais da matéria “Shalom apresenta o espetáculo ‘O POBRE DE BELÉM’”, no portal do jornal <i>O Povo</i> , de 28/12/2019.

505	Sessão solene em homenagem ao Pe. Caetano e aos 46 anos do bairro Cristo Redentor.
526	Transcrição da matéria intitulada “Bandidos invadem igreja e roubam hóstias consagradas”, publicada no sítio eletrônico <i>Expresso Ceará</i> , em 03/02/2020.
529	Transcrição da matéria intitulada “Renascer é lançado em Fortaleza”, publicada no jornal <i>O Povo</i> , em 30/01/2020.
530	Transcrição da matéria intitulada “Queremos Deus celebra 31ª edição e espera receber 15 mil pessoas”, publicada no jornal <i>Diário do Nordeste</i> , em 05/02/2020.
531	Transcrição matéria intitulada “Companhia aérea perde relíquias de Santa Terezinha”, publicada no sítio eletrônico do jornal <i>O Povo</i> , em 26/01/2020.
533	Transcrição da matéria intitulada “Vereador propõe discussão sobre cristofobia em Fortaleza e debate sobre o sentido da vida”, publicada no <i>Blog Edison Silva</i> , em 04/02/2020.
603	Transcrição da matéria “Em 2020, Shalom abre Missões em Cuba, Portugal e Taiwan”, publicada no sítio eletrônico do jornal <i>O Povo</i> , em 21/12/2019.
607	Transcrição da matéria “Acamp’s Summer espera reunir mais de mil jovens, a partir desta segunda, dia 13”, publicada no sítio eletrônico do jornal <i>O Povo</i> , em 09/01/2020.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Jorge apresentou requerimentos relacionados à comunidade da qual é membro (Shalom): a) 3 para realização de “sessão solene”; b) 5 pedidos de inserção de matérias jornalísticas acerca dela nos anais da Câmara Municipal; c) 5 requerimentos de sessões solenes de homenagem a outras comunidades; e d) 1 em homenagem à RCC. E 3 outros pedidos de sessão solene diziam respeito a grupos ou eventos da Arquidiocese de Fortaleza, além de outros pedidos de realização de audiências públicas com temáticas que dizem respeito diretamente à agenda político-moral mobilizada por parlamentares religiosos conservadores: a) ideologia de gênero; b) cristofobia; e c) aborto.

Observando de perto, até o momento em que escrevemos este artigo – dezembro de 2020 –, havia 17 requerimentos de realização de sessões solenes por parte do vereador, que contemplavam comunidades do catolicismo carismático, mesmo em ano de pandemia. Teriam sido 17 momentos em que o plenário da Câmara Municipal teria sido ocupado, com toda legitimidade, por membros de comunidades religiosas. Mas estaríamos aí diante de outro tipo de ocupação do espaço público? Seria possível enxergar em quantidade tal de requerimentos de sessões uma busca por inflacionar a presença da religião no espaço público?

Priscila Costa, jornalista, foi eleita para seu primeiro mandato como vereadora de Fortaleza em 2016, com 5.491 votos, pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). É filha e neta de pastores protestantes da Assembleia de Deus e mãe de 3 filhos. Seu avô foi deputado estadual por 3 mandatos. Atualmente está filiada ao PSC, pelo qual disputou a reeleição em 2020. Em 2018, ainda pelo PRTB, disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados, obtendo um significativo total de 48.041 votos, quase 8 vezes a mais do que o total obtido 2 anos antes, somente na Cidade de Fortaleza. Em seu perfil no *Instagram*, apresenta-se como:

[...] vereadora de Fortaleza, conservadora, jornalista, militante da causa Pró-Vida e apaixonada pelo Evangelho de Cristo.

Tratando do que considera ser “a crescente religiosidade do povo brasileiro” como algo “*benéfico*”, pois isso se deveria “*aos resultados práticos alcançados nas vidas individuais das pessoas*”, a vereadora pondera em entrevista (Freitas, 2020, p. 170) que a igreja “*precisa repensar sua influência*” na vida social, “*ultrapassar as quatro paredes da igreja e avançar, influenciar outras esferas da sociedade*”. Segundo Priscila:

A Igreja ainda não é tão efetiva na transformação da sociedade. Acredito que isso acontece devido ao fato que ainda não nos despertamos para nosso real papel social. De acordo com minha fé, acredito que Deus criou todas as coisas e nos orienta a governar todas as coisas: a cultura, as artes, a educação, o esporte etc. Tudo isso é assunto da igreja, pois a igreja não é uma instituição, a igreja somos nós, e nós devemos influenciar. Creio que essa mentalidade foi perdida, vivemos muito no institucional. Temos que pensar nossa atuação de forma mais ampla, por exemplo, como promotor de Justiça, como posso influenciar como cristão na promotoria? Na empresa? Na escola? Não devemos alimentar o pensamento que só somos crentes quando estamos na igreja ou dentro de uma programação religiosa. Portanto, aqui, onde desempenho minha função social, para o pensamento errôneo, não precisaria fazer nada em nível de minha fé. Não é isso que deve acontecer! Somos igreja e devemos desenvolver nossa fé em todos os lugares (Freitas, 2020, p. 167, grifo nosso).

Segundo a vereadora, haveria um espaço dedicado à igreja para operar a “transformação da sociedade”, uma vez que tal feito seria destinado à igreja “*por Deus*”; cultura, artes, educação – tudo estaria sob o escrutínio dos “crentes”, cabendo a estes “influenciar” essas dimensões da vida social, indo além dos limites eclesiais. Para Priscila,

o lugar de exercício da fé não se resume à igreja, expande-se por todo o espaço social, em uma ação de verdadeira captura/contaminação da vida social à (sua) religião.

Assim, parece-nos incontestável a visão de vida social que a vereadora esboça: um universo no qual atores do campo religioso (cristão) teriam, pelo fato de serem cristãos, o direito de conduzir, transformar e governar – algo que lhes é conferido pela pertença religiosa.

Vocacionada²⁰ que seria à política, como se apresenta, Priscila não pertence ao número dos “*quaisquer*”, mas daqueles “*levantados por Deus*”. Apesar de dizer-se “*representante de Fortaleza*”, na entrevista ela afirma ser representante do “*cristão conservador*”.

Não vejo nenhum problema na relação entre política e religião, inclusive, entendo ser muito legítima essa relação, pois a política existe para que a visão de mundo de determinados grupos sejam representada, daí nossa visão de mundo é completamente formada dentro da religião. Eu poderia dizer que nossa visão de mundo é formada pela cultura, porém digo religião, pois a própria cultura é estabelecida pelos fundamentos de fé vivenciada por dada sociedade, por exemplo, quando falamos de uma mentalidade ocidental, estamos falando de uma mentalidade criada da tradição judaica-cristã. Então, nossa fé marca nossa cultura e a política acaba existindo para representar isso, ou seja, o que o povo é, pensa. A religião é parte disso (Freitas, 2020, p. 179, grifo nosso).

Observemos o que foi citado acima: a razão de ser da política é a representação de determinados grupos, dentre os quais se destaca a religião; no caso, a religião dela, ou daquilo que ela considera “*a maioria*”. A política seria o meio mais eficaz para que o conjunto de crenças e valores da (suposta) maioria se perpetue²¹, como “*nossa marca*” ou como “*aquilo que o povo é*”. Portanto, não se nega a compreensão da política como terreno de uma ideologia (visão de mundo).

Sua produção legislativa é bem tímida quando comparada à produção de Jorge Pinheiro, o que nos levou a apresentar neste artigo seus requerimentos, do ano de 2018, que guardam estreita relação, direta ou indiretamente, com a agenda religiosa. Em 2020, por sua vez, o que observamos foi uma série de requerimentos que correspondem à pauta mobilizada pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro – atualmente sem partido

20 Envolvida nas malhas da ideia de “*predestinação*”, não consegue observar todo um passado, de neta de deputado e neta e filha de pastores presidentes de igreja, que a preparou (predestinou) para ocupar o cargo que, crendo ou dissimulando, afirma ser obra de “*chamado divino*”.

21 “*As sociedades mais plurais estão no Ocidente, são sociedades onde prevalece a fé cristã. Então, um representante cristão já representa a experiência mais plural que a humanidade já experimentou. Como parlamentar cristã em uma sociedade de mais de 80% de cristãos, não seria legítima como representante da cidade?*”, questiona ela em outro momento da referida entrevista (Freitas, 2020, p. 181, grifo nosso).

político – naquilo que diz respeito à pandemia de Corona Virus Disease 2019 (COVID-19), com destaque para a inserção da hidroxicloroquina na rede pública de saúde de Fortaleza (Quadro 2).

Quadro 2 Requerimentos apresentados por Priscila Costa em 2018²²

Número	Objeto do requerimento
551	Requer da Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas (CPDROGAS) um banco de dados contendo a relação de instituições privadas, terceiro setor ou ligadas a organizações religiosas que trabalham com recuperação de adictos e que estejam aptas a receber apoio financeiro do Poder Público municipal.
1476	Outorga da medalha Boticário Ferreira ao Pr. Ozires Teixeira Pessoa.
1619	Requer que seja inserida nos anais a matéria “União e busca pela paz”, publicada no jornal <i>O Povo</i> , em 31/03/2018.
1620	Requer que seja inserida nos anais a matéria “Igrejas evangélicas se reúnem em ato contra violência”, publicada no jornal <i>O Povo</i> , em 31/03/2018.
2257	Sessão solene em comemoração aos 107 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil.
2385	Sessão solene em reconhecimento ao protagonismo do jovem cristão pela liberdade religiosa.
2784	Sessão solene em homenagem aos 15 anos de serviços prestados a comunidade do Ancuri pela Igreja Batista Central.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma vez apresentados esses dados, passemos à análise das campanhas de reeleição dos 2 parlamentares, tal como encenadas nas redes sociais. Vale ressaltar que ambos produziram uma forte mobilização política contra pautas consideradas por eles “anticristãs” na Câmara Municipal de Fortaleza, com destaque para a mobilização contra um projeto de lei que versava sobre a liberdade de cátedra de professores da rede municipal, em 2019, quando acionaram mecanismos de mobilização religiosa contrários ao projeto. Isso dá mostras da atuação em bloco de evangélicos e carismáticos nas casas legislativas, como temos argumentado aqui.

22 Além desses requerimentos, dois outros dos que foram apresentados pela vereadora nesse ano, 2018, guardam estreita relação com a agenda moral mobilizada nos últimos anos por atores do campo religioso: o Requerimento n. 1312, que requeria “informações da coordenadoria de políticas públicas de juventude a respeito do evento mulheres de todas as cores – as manas, as bi e as rachas unidas nos movimentos”, realizado na Rede Cuca, e o Requerimento n. 3482, que requeria “a inserção nos anais da matéria ‘Cadete é expulso de academia militar por usar camisa de Che Guevara’”.

A campanha de reeleição: notas sobre a mobilização da moral em redes sociais

Neste tópico, apresentamos e analisamos momentos considerados ilustrativos das relações entre religião e política nas campanhas de reeleição dos dois parlamentares, tomando como *corpus* de análise material coletado pelos autores em suas redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) durante o período eleitoral de 2020. Ao procedermos assim, com a observação de material divulgado nas redes sociais, optamos por seguir o caminho metodológico *netnografia*, traçado por Kozinets (2014). Nesse método, parte-se da definição das páginas virtuais a investigar, observa-se a comunidade ou a página (com ou sem interação nela – por meio de comentários, “curtidas”, compartilhamentos etc.), analisam-se os dados coletados e produzem-se, como aqui fazemos, a redação e o relato dos resultados.

Assim, coletamos farto material produzido pelos 2 candidatos à reeleição e analisamos aqui parte dele, destacando alguns elementos mobilizados por eles: a) prestação de contas do mandato que se finalizaria em 2020 (ressaltando as pautas que haviam mobilizado durante o 1º mandato); b) público-alvo ao qual se dirigiam prioritariamente; c) agendas políticas com as quais estariam comprometidos; d) razões para confiar-lhes um novo mandato na Câmara Municipal de Fortaleza. Vejamos, então, como tais elementos foram acionados em suas redes sociais.

Jorge Pinheiro, o representante “da família”

Um primeiro elemento a analisar na campanha de reeleição de Jorge Pinheiro é que, mesmo disputando pelo PSDB, partido que compunha o arco de alianças do candidato José Sarto, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que contava com o apoio do prefeito Roberto Cláudio e do governador Camilo Santana, do PT, em suas redes sociais não se observou nenhuma menção à candidatura de Sarto ou mesmo alguma menção de apoio do vereador a ele. A impressão era que Jorge não tinha um candidato à Prefeitura de Fortaleza.

No conjunto de *cards* que apresentamos a seguir se produz uma imagem de Jorge Pinheiro como um “candidato da família”, alguém que faria sentinela em seu segundo mandato para defender essa instituição, produzindo o imaginário de um “perigo” que, sempre estando à espreita, legitimaria sua reeleição como a de um “guardião”. Vejamos algumas imagens que, dentro das categorias que adotamos, auxiliam na compreensão das orientações de sua campanha nas redes sociais.

Prestação de contas do mandato

Antes de tudo, vale ressaltar junto a seu possível eleitor o que havia feito, como vereador, no primeiro mandato a ele confiado. Observe-se que sempre a questão da “vida” e da “família” dá o tom em sua mensagem, sendo sua principal insígnia a oposição à chamada ideologia de gênero (Figura 1).

Figura 1. Divulgação das atividades do mandato



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Nessa prestação de contas se mostra importante destacar o *card* seguinte (Figura 2): nele se informa ser Jorge Pinheiro o autor de uma projeto de indicação que garantiria tarifa social (preço da passagem mais barato, praticado desde as gestões de Luizianne Lins, do PT, aos domingos e em feriados) no dia de celebração da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Assunção, em 15 de agosto. Trata-se de uma indicação e uma prestação de contas com alvo específico: os católicos. Cabe perguntar: sendo motivada pela celebração de uma festa religiosa do catolicismo, tal tarifa não produziria feridas na laicidade do ente público?

Figura 2. Projeto aprovado



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Faz-se necessário destacar que tanto Jorge Pinheiro quanto Priscila Costa, como vemos adiante, mesmo sendo reconhecidamente membros dos grupos religiosos que acionam como fiduciários de seus mandatos, acionam fatos em seus mandatos que contemplam diretamente interesses de seus grupos para se mostrarem ainda mais dignos da confiança de seus eleitores, uma vez que defenderem, sobretudo por meio de sua produção legislativa, os interesses e as perspectivas desses sujeitos. É por isso que uma considerável parte de suas campanhas foi usada para mostrar aquilo que fizeram durante o primeiro mandato. Tal fato sugere uma interpelação do “*ethé* de credibilidade”, tal como definido por Charaudeau (2008, p. 119, grifo do autor):

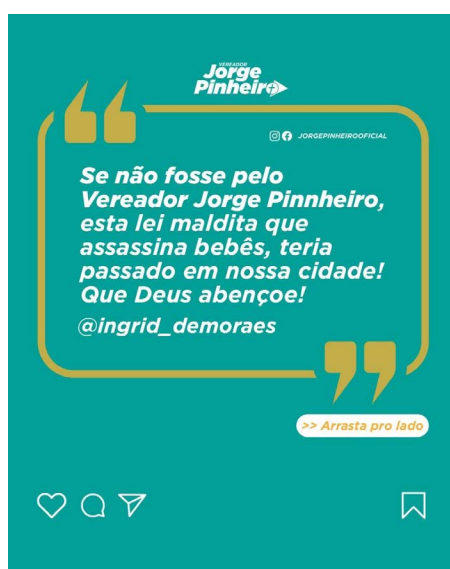
[...] a credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo *digno de crédito* [...] De maneira geral, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (condição de sinceridade ou de transparência), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de *performance*) e o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito (condição de eficácia) [...] a credibilidade repousa sobre um *poder fazer*, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder.

Logo, não basta ser católico carismático ou evangélico para ser digno de crédito no segmento; é indispensável mostrar, sobretudo no caso daqueles que já conquistaram a confiança do segmento em um momento anterior, as razões para se ratificar a continuidade dessa representação. Na mesma linha de pensamento, Pierre Bourdieu (2012, pp. 187-188, grifo do autor) define representação como uma confiança creditada por determinados grupos:

O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. [...] O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança [...] o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele.

O próximo *card* (Figura 3) também se insere nessa categoria: nele uma suposta eleitora apresenta as razões para legitimar um novo mandato de Jorge Pinheiro como vereador; não fosse por sua presença na Câmara Municipal, diz ela, uma “*lei maldita que assassina bebês*” estaria vigorando em Fortaleza. Não sabemos de que lei se trata, nem se a cidade tem competência para legislar sobre interrupção de gravidez, mas tal conteúdo em um *card* serve para disseminar um suposto pânico moral e uma ameaça sempre iminente que Jorge combateria²³. Assim, o espaço político e o espaço religioso vão se confundindo, não sendo possível distinguir as práticas próprias a cada um deles.

Figura 3. X.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Público-alvo ao qual se dirigia prioritariamente

Sem dúvida, o público-alvo de Jorge Pinheiro consistia nos católicos carismáticos e nos católicos que frequentavam as missas realizadas no Shalom da Paz, no bairro Aldeota, às quintas-feiras pelo Pe. Antônio Furtado²⁴. Jorge esteve nessa missa em algumas ocasiões, dentre as quais destacamos as imagens da última, na semana da eleição, em

²³ Miranda (1999), em estudo sobre campanhas de candidatos carismáticos, já mostrava a compreensão da atuação política como um “ministério” e um sinal de “predestinação” por parte daqueles que se lançavam na arena pública. Resi (2014) e Sena da Silveira, Manduca e Reis (2019) auxiliam na compreensão da atuação parlamentar de carismáticos.

²⁴ Tais missas costumam ser celebradas com um público entre 5 e 7 mil pessoas, semanalmente; em 2020, contudo, por conta da pandemia de COVID-19, desde que os templos católicos tiveram autorização para reabrir, a partir de setembro, menos de 500 pessoas têm se feito presentes, devido às regras de distanciamento social.

que foi convidado a subir ao altar – produzindo, assim, sua legitimação como candidato “ungido” diante daquele público (Figura 4).

Figura 4. Presença em missa



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Também observamos Jorge Pinheiro em meio aos carismáticos, seja em retiros realizados por sua comunidade, a Shalom, seja se fazendo presente em outras comunidades carismáticas, legitimando-se, assim como um candidato “dos carismáticos”. A Figura 5 mostra Jorge pregando em um retiro de um grupo de oração, rezando na Comunidade Face de Cristo e pregando na Comunidade Anuncia-Me.

Figura 5. Visita às Comunidades.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Agenda política com a qual está comprometido

Como mostra a Figura 6, Jorge Pinheiro está comprometido, assim, faz questão de ser identificado com a agenda moral conservadora que tem dado a tônica da atuação política de carismáticos e evangélicos no espaço público. Temas como família, legalização do aborto (em vez de “descriminalização”) e ideologia de gênero foram apresentados como uma agenda que pautou o mandato do vereador e que, portanto, o credenciarium à recondução ao cargo.

Figura 6. Agenda Moral.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Como parece ser o caso de Jorge Pinheiro, como podemos compreender tal insistência, quase uma plataforma monotemática, de atores do campo religioso quando atuam no espaço político?

A resposta talvez possa ser encontrada nas análises de José Luiz Pérez Guadalupe (2020), cientista político espanhol, acerca da atuação política de religiosos, com destaque

para evangélicos²⁵. Segundo o autor, políticos religiosos, movidos pelo objetivo de “propagar suas crenças” se valendo do espaço institucional de que dispõem, tentam estabelecer uma “ditadura confessional” no Estado, anulando minorias, sobretudo aquelas que se mobilizam pelos direitos sexuais e reprodutivos, sob a justificativa de um “mandato divino” de representação.

Em trecho no qual analisa a mobilização temática de evangélicos em torno da chamada questão pró-vida, atores tanto do campo evangélico quanto católico dão mostras de que

[...] sua particular visão “pró-vida” faz com que unicamente se centrem na criança que está para nascer e não se preocupem com todo o ciclo de vida nem com a vida de todos – ao extremo de não respeitarem os direitos humanos dos migrantes, por exemplo. Assim mesmo, sua aposta na família (“pró-família”) só se refere à chamada “família tradicional” (ideal, mas não real nem generalizável); não obstante, desviam o olhar quando se trata de ponderar a vida familiar de candidatos a quem querem apoiar, pois enquanto não sejam homossexuais nem abortistas, todo o resto está permitido, ou ao menos é perdoável, sob o argumento de que são “os eleitos de Deus” (Guadalupe, 2020, p. 17, tradução nossa).

Razões para a confiança de um novo mandato

Apresentadas as pautas que haviam sido mobilizadas em seu mandato e acionados os grupos aos quais Jorge Pinheiro destinava prioritariamente sua plataforma de campanha, cumpria-lhe apresentar as razões para que seu eleitorado lhe confiasse um novo mandato. Tais razões se alicerçavam, além de elementos da agenda moral conservadora, em promessas vagas (como combate à corrupção, liberdade econômica, transporte público etc.), como se vê no quadro que sua própria campanha divulgou (Figura 7).

25 Quando se fala da atuação de religiosos no campo religioso cabe destacar, como faz Carranza (2017), que, no caso brasileiro, católicos carismáticos e tradicionalistas têm se pautado pelo *modus operandi* de evangélicos, que partiram na frente quando se trata de atuação política em espaços institucionais.

Figura 7. Plataforma do novo mandato



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Entretanto, a promessa mais ousada do candidato foi a “abolição do aborto”, pois não se sabe ao certo o que isso significaria no contexto do cargo em disputa (Figura 8).

Figura 8. Oposição ao aborto.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

As *hashtags* usadas em sua campanha foram: #JorgePinheiro45000, #AliancaDeVidaEPaz, #VidaSimAbortoNao, #MinhaCidadeDisseNao e #IdeologiadGeneroNao. Sua votação alcançou a marca de 8.319 votos – ainda que tenha sido maior do que a votação alcançada em 2016, ele não conseguiu sequer dobrar o número de votos. Assim, embora exitoso em seu empreendimento junto aos católicos, Jorge Pinheiro não teria conseguido pluralizar seu eleitorado para além desse segmento, o que parece ser o caso de parlamentares católicos carismáticos no Estado do Ceará, sobretudo porque os católicos, ao contrário dos evangélicos, não têm conseguido fazer-se presentes nas casas legislativas (câmara e assembleia) em mandatos subsequentes – Jorge é a exceção na Câmara Municipal de Fortaleza, depois de Paulo Mindêlo – nem eleger mais de 1 representante, como conseguiram os evangélicos inclusive na eleição de 2020 – além de Priscila Costa temos Ronaldo Martins, da Igreja Universal do Reino de Deus, entre tantos outros.

Dois dias depois da eleição, Jorge Pinheiro publicou em suas redes sociais um vídeo com um mosaico de fotos produzidas durante sua campanha que dá conta de sua mobilização nas instituições católicas em busca do novo mandato: há imagens na Comunidade Face de Cristo, na Comunidade Anuncia-Me, no Instituto Hesed, na missa do Pe. Antonio Furtado e no Instituto Nova Jerusalém, além de uma foto ao lado de Emmir Nogueira, cofundadora da Comunidade Católica Shalom.

Priscila Costa, a representante “conservadora”

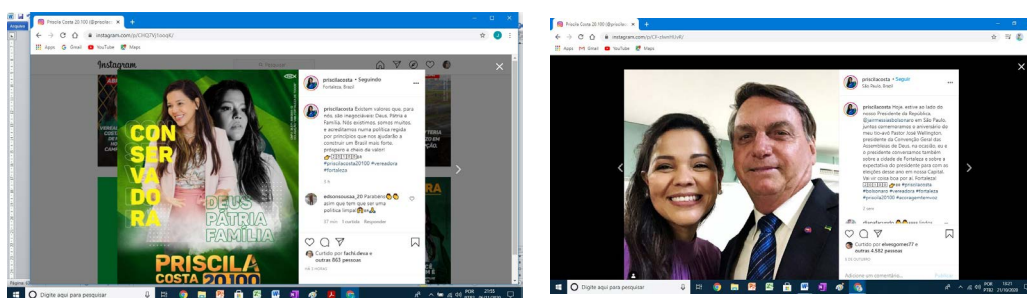
Disputando sua reeleição filiada ao PSC, partido que tem servido de base de sustentação ao governo de Jair Bolsonaro, Priscila Costa faria parte da coligação de partidos que sustentou a campanha do Capitão Wagner, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), à Prefeitura de Fortaleza, o que o legitimou, junto com a atuação de outras lideranças evangélicas, como o “candidato conservador e cristão” a ser legitimado pelo “povo evangélico”. Um conjunto de eventos, como *lives*, reuniões, cultos e carreatas “da família”, foi direcionado ao eleitorado evangélico para legitimar tal empreitada Priscila foi presença marcante em todos esses eventos.

Percebemos no conjunto de postagens nas redes sociais de Priscila Costa que, enquanto Jorge Pinheiro produzira uma imagem de “defensor da família” em torno de si, ela elaborou uma semântica imagética que a credenciou como uma parlamentar “conservadora”, sendo esta a principal divisa com a qual buscava legitimar-se para a reeleição. Assim, as imagens usadas tinham como objetivo principal apresentá-la como legítima representante do campo conservador, ou neoconservador²⁶, também valendo

26 O termo *neoconservadorismo* tem sido usado por diversos autores, como M. B. Lacerda (2019), para caracterizar o momento atual, em que se observam alianças entre segmentos religiosos, militares, atores do mercado financeiro e

como mecanismo de tal legitimação um conjunto de discursos de outras publicações, antes da eleição, que poderiam identificá-la como parte do grupo político ligado ao presidente Jair Bolsonaro, que, desde as eleições de 2018, postou-se como o legítimo representante dos conservadores no Brasil, fazendo com que ser *conservador(a)* passasse a significar o mesmo que ser *bolsonarista*. É o que se vê, por exemplo, na Figura 9: a) os valores tidos como alicerces do conservadorismo político brasileiro desde a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 (“Deus, pátria e família”²⁷); e b) ser fotografado(a) ao lado do presidente em algum evento durante a campanha eleitoral.

Figura 9. Priscila conservadora.



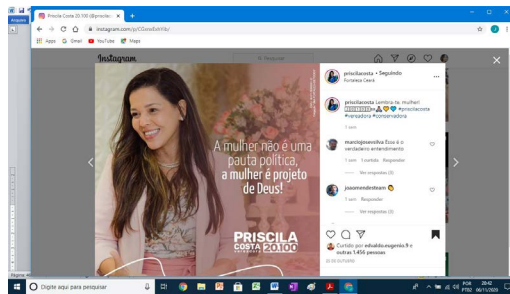
Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Exatamente por ser conservadora é que um conjunto de pautas, como aquelas caras ao feminismo, teria sua forte oposição – inclusive apresentando sua atuação política, como mulher, independente de qualquer conquista que pudesse dever-se ao movimento feminista (Figura 10).

movimentos reacionários. No caso do Brasil, essa importante aliança se mostra imprescindível para a compreensão da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, que fez com que o “pêndulo” da democracia (Avritzer, 2019) se deslocasse para a direita ou para o polo conservador, depois de décadas da implantação de uma agenda progressista produzida pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988). Por sua vez, Burity (2020, p. 16) identifica como elementos desse neoconservadorismo – que ele prefere denominar “onda conservadora”, por não dizer respeito apenas ao cenário nacional, que o autor entende ser “uma reação conservadora a mudanças implementadas pelos governos petistas” – os seguintes: “retórica agressiva contra os direitos ‘excessivos’ das minorias, questionamentos à interpretação de leis que lhes asseguram direitos, reestruturação do [P]oder [E]xecutivo para inviabilizar áreas e novos desenhos de políticas públicas abertamente regressivos”.

27 Tais alicerces, mobilizados pelo então candidato Jair Bolsonaro durante as eleições de 2018, teriam servido como um dos principais mecanismos de legitimação dele diante do eleitorado evangélico e, uma vez eleito Presidente da República, a interpelação de tais palavras tem servido para manter uma base de apoio a Bolsonaro nesse segmento. Sobre as relações entre a campanha e a eleição de Bolsonaro e os evangélicos, ver Almeida (2019), Freston (2020), Nicolau (2020) e E. F. Silva (2020b).

Figura 10. Antifeminismo.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

No vídeo “A esquerda pira! rs” (Costa, 2020), Priscila Costa elenca os motivos pelos quais seria um *anti-éthos* da esquerda mobilizar a agenda conservadora. A resposta à pergunta feita no vídeo – “Afinal, pessoal: por que é mesmo que a esquerda pira com a gente?” – veio nas seguintes frases: a) “não devo nada ao feminismo”; b) “aborto é assassinato”; c) “ideologia de gênero é lixo”; e d) “dos meus filhos cuido eu”.

Prestação de contas do mandato

Dentre aquilo que foi postado como prestação de contas de seu primeiro mandato depreende-se como Priscila Costa mobilizou seu mandato em torno de pautas já estabelecidas na agenda moral conservadora de evangélicos, apenas conferindo uma feição local a ela. Assim, os assuntos de sempre – aborto, família, ideologia de gênero etc. – tomaram grande parte de sua atuação parlamentar e foram por ela trabalhados no mandato de modo a servir como prestação de contas de seu trabalho. Contudo, cumpre destacar como a atuação da parlamentar foi canalizada para ações que demonstravam uma suposta “ameaça” às crianças em curso na Cidade de Fortaleza, seja por meio da “indústria da pornografia”, seja via “ideologia de gênero nas escolas” ou mesmo pela atuação do *youtuber* Felipe Neto, que estaria comprometido com a questão de gênero em seus livros direcionados ao público infantil, mobilizando, assim, um “pânico moral”²⁸ em torno de um perigo fictício.

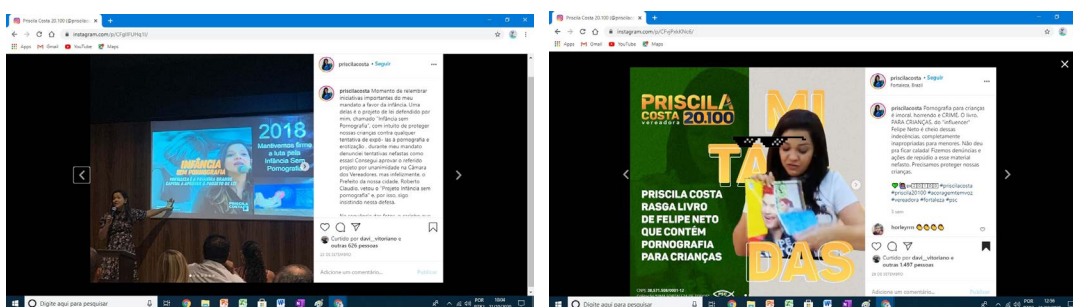
28 Segundo Cohen (1972, p. 9, tradução nossa), o “pânico moral” pode ser compreendido assim: “uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes, ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças, como aquelas na política legal e social ou até na forma como a sociedade se compreende”.

Segundo Miskolci (2007, p. 112):

A política simbólica que estrutura os pânicos morais costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. Um exemplo é a descriminalização da homossexualidade, que obrigou àqueles que gostariam de denunciá-la como imoral a encontrar outras formas, dentre as quais se destaca o ressurgimento do temor da pedofilia. A partir desse caso, é possível perceber que todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo. O estudo de pânicos morais permite compreender como preocupações e temores de um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas, pois pânicos morais nunca são espontâneos. Eles são produto da catalisação de temores já existentes na coletividade. O pesquisador deve descobrir quem foi o agente no processo e como agiu de forma a transformar um temor existente em pânico. Dessa forma, será possível determinar quais valores e normas sociais estão em disputa no realinhamento do que a coletividade considera aceitável ou não em termos de comportamento e estilo de vida.

A Figura 11 ilustra a identificação de Priscila Costa com tal agenda conservadora, mobilizando o pânico moral em torno de um “perigo” contra a infância.

Figura 11. Prestação de contas, parte 1.

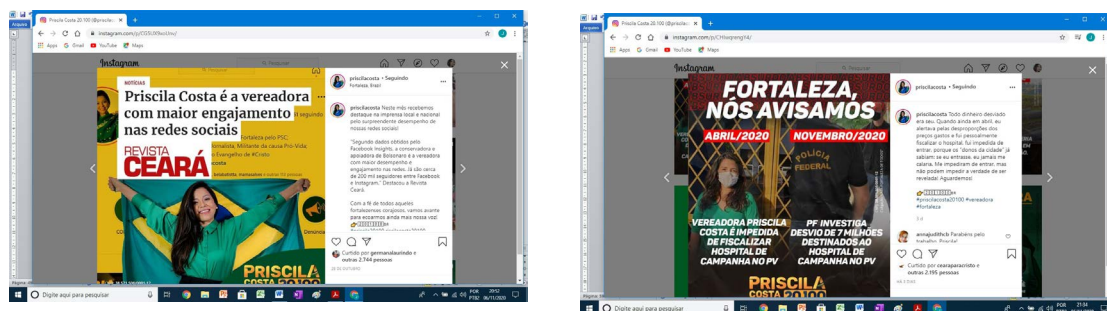


Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Dois outros elementos podem ser destacados no conjunto de imagens compartilhadas com o objetivo de prestar contas do mandato: a) o destaque da vereadora entre os parlamentares que atuam nas redes sociais, dando mostras de que sua intensa mobilização nelas seria sinal de uma intensa atuação parlamentar; e b) uma operação realizada pela Polícia Federal (PF) no final de outubro de 2020, que serviria para ratificar as denúncias

contra a construção do hospital de campanha no Estádio Presidente Vargas, ocorrida em abril de 2020 (Figura 12).

Figura 12. Prestação de contas, parte 2.

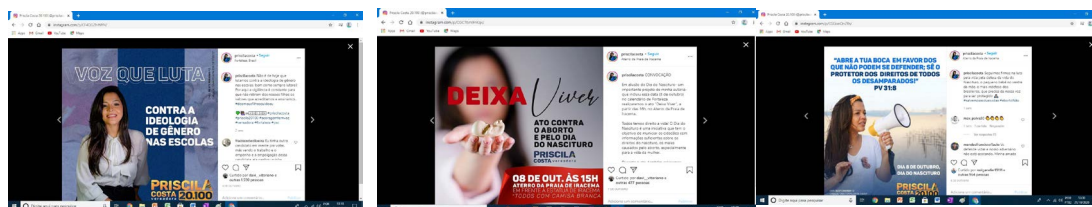


Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Pautas com as quais está comprometida

Neste tópico não há nada diferente daquilo com que Jorge Pinheiro havia se mostrado comprometido, confirmando a observação da aliança de carismáticos e evangélicos em torno de agendas morais (Figura 13).

Figura 13. Pautas da vereadora.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Razões para a confiança de um novo mandato

O que deveria ser esperado de um novo mandato de uma vereadora conservadora? O que seria um mandato conservador? Com o que estaria comprometida uma vereadora assim identificada politicamente? O que um eleitor conservador, bem mais do que um eleitor evangélico, esperaria dessa parlamentar? A julgar pelo que nos dizem as postagens, um mandato conservador deveria contemplar as pautas indicadas na Figura 14.

Figura 14. Plataforma política.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Esmiçando essa imagem, vemos o seguinte: a) opor-se à “legalização do aborto” não diz muito sobre a atuação de um vereador, uma vez que a “descriminalização” do aborto diz respeito a uma mudança no Código Penal (1940) – uma competência do Congresso Nacional; b) a “destruição dos valores da família” diz respeito aos direitos conferidos a novos arranjos familiares, sobretudo de casais do mesmo sexo, que obtiveram reconhecimento por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive com conquistas já garantidas no campo legislativo, em nada dependendo de uma vereadora, isto é, uma parlamentar municipal; c) do mesmo modo, o que significaria a “legalização das drogas”? E a vaga referência a “ofensas à religião” englobaria todas as expressões religiosas ou se limitaria à dela?; e, por fim, d) as chamadas “ideologia de gênero” e “doutrinação nas escolas” são pautas caras ao movimento reacionário do qual a parlamentar faz parte – que, inclusive, mobilizou-se no episódio do projeto de lei sobre a liberdade de cátedra de professores da rede municipal ao qual já nos referimos, – e servem apenas como incessante gramática dos discursos tidos como “conservadores”.

Priscila Costa foi reeleita com 14.606 votos, quase triplicando o total de votos recebidos em 2016, o que deu mostras de que soube: a) exercer um mandato em diálogo com a agenda cara ao segmento que representa, mobilizando a agenda moral; b) prestar contas de seu mandato, sobretudo com a linguagem das redes sociais; e c) alargar seu eleitorado, falando mais para os conservadores em geral – dentre os quais se encontrariam católicos e os sem religião – do que apenas para os evangélicos.

Passada a eleição, com o resultado favorável que lhes garantiu outro mandato, chegou o momento de congratularem-se com a vitória e mostrarem-se aptos aos desafios. Então, os dois vereadores acionaram um novo imaginário, que os posiciona como freio, na

verdade “muralha”, contra o avanço de pautas que não se coadunem com o repertório de suas crenças (Figura 15).

Figura 15. Reeleição.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Considerações finais

O que significa a reeleição: possibilidades de análise

Estabelecemos como principal objetivo deste artigo responder à seguinte questão de pesquisa:

- Quais desdobramentos da democracia podem ser apontados a partir da observação de eleições e mandatos representativos de atores do campo religioso que mobilizam uma agenda moral para legitimar suas eleições e pautar seus mandatos?

Para respondê-la, tomamos como *corpus* de análise a atuação parlamentar e a campanha eleitoral de dois vereadores do campo religioso da Câmara Municipal de Fortaleza, Jorge Pinheiro e Priscila Costa. Na verdade, buscamos elaborar uma reflexão sobre as relações institucionais entre religião e política tal como observadas no cenário contemporâneo brasileiro.

Quando se debruçou sobre isso, Mouffe (2006, p. 22) reconheceu o “papel exercido pela religião na formação da identidade pessoal e as consequências que isto traz para a política”, sobretudo em sociedades mais pluralizadas, com um conjunto de valores mais diversificado e de como se daria a atuação política de religiosos. Embora reconheça a legitimidade das empreitadas religiosas em busca de representação política como

aprofundamento da própria democracia, Mouffe (2006, p. 26) pondera que tal direito democrático à representação não “permitiria o reconhecimento legal de demandas que poriam em questão a própria base da ordem constitucional, e que poderiam abolir, por exemplo, a separação entre Igreja e Estado”. Em outras palavras, projetos de lei apresentados e que trariam prejuízos à devida separação entre os entes, “contaminando” religiosamente o Estado, deveriam ser freados pelo mesmo mecanismo que permite a representação de segmentos religiosos (Constituição da República Federativa do Brasil [CF], 1988). O Estado não seria, assim, veículo de propagação legal de valores religiosos.

Pensando com Mouffe (2006), essa pluralidade religiosa, na forma de valores, não tem sido observada no funcionamento do Estado em suas várias modalidades, tampouco a imposição valorativa de atores religiosos cristãos no campo político ser freada por mecanismos institucionais. Mais do que isso, o que se observa, tomando inclusive o exemplo dos dois parlamentares aqui analisados, um avanço cada vez mais corrosivo de pautas, depois transformadas em decisões políticas, de viés conservador que põem em xeque inclusive a própria concessão de direitos, orgulhando-se tais sujeitos da garantia de tratamento diferenciado a pautas que dizem respeito aos valores da “maioria cristã” da sociedade brasileira.

Com isso em vista, concordamos com a análise de Carranza (2020) de certa cooperação de atores religiosos com os processos de corrosão democrática e de polarização social, acompanhados pelo ultraconservadorismo que tem se consolidado nos últimos anos em diversas organizações sociais em nível global – e o Brasil assume destaque nesse cenário. Uma crise democrática mais ampla tem proporcionado a ascensão de *personas* políticas, ou grupos, que, posicionando-se “fora”, poderiam “salvar” o sistema político, mediante uma reconstrução de valores que estariam deteriorados e que, por tal motivo, estariam destruindo o próprio corpo da nação. Assim, religiosos seriam a aposta para evitar essa suposta destruição.

Se a atuação de religiosos tem tomado o rumo de fortalecer cada vez mais a presença da religião cristã na esfera pública, com o intento de fortalecer a posição de guia e de ator hegemônico que já ocupa na vida social, promovendo-a no espaço político, espera-se que, em médio prazo, a natureza representativa e plural da democracia seja cada vez mais desacreditada e deslegitimada diante de um Parlamento que tende a se responsabilizar, de modo crescente, pela (re)construção de uma “sociedade cristã” (Eliot, 2016).

Referências bibliográficas

- Almeida, R. (2019). Deus acima de todos. In Companhia das Letras (Ed.), *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 35-50). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Avritzer, L. (2019). *O pêndulo da democracia*. São Paulo, SP: Todavia.

-
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Biroli, F. (2020). Gênero, “valores familiares” e democracia. In F. Biroli, M. D. C. Machado, & J. M. Vaggione, *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (pp. 135-186). São Paulo, SP: Boitempo.
- Boas, T. C. (2020). A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina. In B. Carranza, & J. L. P. Guadalupe (Ed.), *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI* (pp. 113-130). Rio de Janeiro, RJ: Konrad Adenauer Stiftung.
- Bourdieu, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, 193-216.
- Bourdieu, P. (2012). *O poder simbólico* (16a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Burity, J. (2020). Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura postimpeachment en Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*, 22, e020015.
- Câmara Municipal de Fortaleza. (n.d.). *Jorge Pinheiro*. Recuperado de <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/parlamentar/196>
- Carranza, B. (2017). *Modus operandi* político de evangélicos e católicos: consolidações e inflexões. *Debates do NER*, 2(32), 87-116.
- Carranza, B. (2020). Erosão das democracias latino-americanas: a ascensão política dos cristãos. *Ciencias Sociales y Religión*, 22, 1-17.
- Carranza, B., & Rosado-Nunes, M. J. (2019). Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo. *Horizonte*, 17(53), 936-964.
- Charaudeau, P. (2008). *Discurso político*. São Paulo, SP: Contexto.
- Charaudeau, P. (2016) *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo, SP: Contexto.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. (1988). Brasília, DF.
- Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. (1940). Código Penal. Brasília, DF.
- Cohen, S. (1972). *Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers*. London, UK: MacGibbon & Kee.
- Costa, P. (2020, 9 de novembro). *A esquerda pira! rs* (Vídeo). Recuperado de <https://www.facebook.com/priscilacostaoficial/videos/a-esquerda-pira-rs/369735784274060/>
- Cunha, M. (2017). “É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neoconservadorismo evangélico nas mídias no Brasil. In M. Cunha, P. V. L. Lopes, & J. Lui, *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014* (pp. 157-169). Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Estudos da Religião.
- Dahl, R.A. (2016). *Sobre a democracia*. Brasília, DF: Ed. UnB.
- Eliot, T. S. (2016). *A ideia de uma sociedade cristã e outros escritos*. São Paulo, SP: É Realizações.

-
- Freitas, M. S. (2020). *(Des)contentamento com a política e representação: o exercício parlamentar dos vereadores religiosos na Câmara de Fortaleza* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE.
- Freston, P. (2020). Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e a América Latina. In B. Carranza, & J. L. P. Guadalupe (Ed.), *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI* (pp. 371-391). Rio de Janeiro, RJ: Konrad Adenauer Stiftung.
- Gerring, J. (2019). *Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomes, E. C. (2009). A religião em discurso: a retórica parlamentar sobre o aborto. In L. F. D. Duarte, E. C. Gomes, R. A. Menezes, & M. Natividade (Orgs.), *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos* (pp. 15-44). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Guadalupe, J. L. P. (2020). “El hermano no vota al hermano”: la inexistencia del voto confesional y la subrepresentación política de los evangélicos en América Latina. *Ciencias Sociales y Religión*, 22, 1-39.
- Kozinets, R. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Lacerda, F. (2020). Performances eleitorais de evangélicos no Brasil. In B. Carranza, & J. L. P. Guadalupe (Ed.), *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI* (pp. 257-270). Rio de Janeiro, RJ: Konrad Adenauer Stiftung.
- Lacerda, M. B. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre, RS: Zouk.
- Machado, M. D. (2012a). Religião, cultura e política. *Religião e Sociedade*, 32(2), 29-56.
- Machado, M. D. (2012b). Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3(7), 25-37.
- Machado, M. D. (2020). A vertente evangélica do neoconservadorismo brasileiro. In B. Carranza, & J. L. P. Guadalupe (Ed.), *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI* (pp. 271-286). Rio de Janeiro, RJ: Konrad Adenauer Stiftung.
- Mariano, R. (2014). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, SP: Loyola.
- Miranda, J. (1999). *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Miranda, J. (2015). Católicos carismáticos e as eleições municipais de 2012. *Ciências Sociais Unisinos*, 51(2), 201-211.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128.

-
- Mouffe, C. (2006). Religião, democracia liberal e cidadania. In J. Burity, & M. D. Machado (Orgs.), *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil* (pp. 15-27). Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco.
- Nicolau, N. (2020). *O Brasil virou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Pereira, P. J. R. (2009). A influência da religiosidade sobre as políticas públicas no governo Bush. In C. E. L. Silva (Org.), *Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA* (pp. 193-242). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Procópio, C. (2012). Carismatismo católico e eleições no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*, 14(16), 79-99.
- Resi, M. V. F. (2014). Estudo da produção legislativa dos católicos carismáticos. *Revista Labirinto*, 14(21), 316-333.
- Sena da Silveira, E. J., Manduca, V., & Reis, M. V. F. (2019). Carismáticos, política e conservadorismo social. *Religare*, 16(1), 170-206.
- Silva, E. (2020). Representação política e suas significações. In R.C. Fazzi, & J. A. Lima (Orgs.), *Campos das ciências sociais: figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal* (pp. 660-682). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Silva, E. F. (2020a). Novas comunidades: a retomada “carismática” da tradição católica? *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10(25), 35-57.
- Silva, E. F. (2020b). “Deus acima de tudo”: a performatividade religiosa como estratégia de legitimação de Bolsonaro, o “presidente cristão”. In E. F. S. Silva, A. Luz, & H. Frota (Orgs.), *Atores políticos e dinâmicas eleitorais* (pp. 319-346). Fortaleza, CE: Meta.
- Teixeira, L. B. (2020, 26 de setembro). *Eleições 2020: Mais de 5.500 religiosos lançam candidaturas pelo Brasil*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/26/candidatos-religiosos-eleicoes-2020.htm>
- Young, I. M. (2000). Representation and a social perspective. In Author, *Inclusion and democracy* (pp. 1559-1770). New York, NY: Oxford University Press.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

SILVA, E. F.; OLIVEIRA, K. C.; DAVID, R. C. M. Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 26, p. 162-197, 2021.

Norma B – APA

Silva, E. F., Oliveira, K. C., & David, R. C. M. (2021). Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(26), 162-197.

Norma C – Vancouver

Silva EF, Oliveira KC, David RCM. Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Mar 4, 2020];11(26): 162-197. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/4678>